

AAC

ACEE

42829/84

CNE

1/1

AGÊNCIA CENTRAL
FICHA DE DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS

SC4-6259/84 4

PRG
S.N.I.
AGENCIA CENTRAL
013091 20 JUN 84
PROCOLO

ACE
042829 84

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

DOCUMENTO: _____
ASSUNTO: INFE 739-A13-CIE, @ 19 JUN 84

REFERÊNCIA: _____

ANEXOS: OS MENCIONADOS NO DOCUMENTO

LANÇAMENTO DO JORNAL "FOLHA SINDICAL" EM RECIFE/PE - 3.2.6.13.

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL	GTC	PRECEDÊNCIA
CÓPIAS		
<input type="checkbox"/> CHEFE SNI	<input type="checkbox"/> SC-1	<input type="checkbox"/> SE-07
<input type="checkbox"/> CHEFE AC/SNI	<input type="checkbox"/> SC-2	<input type="checkbox"/> SE-08
<input type="checkbox"/> VICE-CHEFE AC	<input type="checkbox"/> SC-3	<input type="checkbox"/> GE-09
<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/SNI	<input type="checkbox"/> SC-4	
<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/AC	<input type="checkbox"/> SC-5	
<input type="checkbox"/> ASSESSOR	<input type="checkbox"/> DIV ADM	

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO INICIAL: _____

3. ORDENS PARTICULARES

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELAS ORDENS PARTICULARES: _____

4. PROVIDÊNCIAS

IMPLANTAR 5 ANOS
SANTOS

C I E

INFORME N.º 739 S/102-A13-CIE

*Aguiar
ca*

- 1. ASSUNTO: LANÇAMENTO DO JORNAL "FOLHA SINDICAL" EM RECIFE/PE -3.2.6.13.
- 2. ORIGEM: IV Ex.
- 3. AVALIAÇÃO: A-1
- 4. DIFUSÃO: AC/SNI - CI/DPF
- 5. DIFUSÃO ANTERIOR: -.-
- 6. REFERENCIA: -.-
- 7. ANEXO: 01 (um) exemplar de nº 01/Abr 84 do "FOLHA SINDICAL"; e
01 (um) panfleto de lançamento do referido jornal.

S. N. I.
AGENCIA CENTRAL
013091 20 JUN 84
PROTOCOLO

O Movimento Sindical de PERNAMBUCO, lançou em 12 Abr 84, na Livraria "LIVRO 7", em RECIFE/PE, o jornal FOLHA SINDICAL, que passará a ser o porta-voz da classe operária.

O jornal é de periodicidade mensal e editado por:

- Centro de Estudo e Ação Social (CEAS);
- Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE);
- Centro JOSUÉ DE CASTRO - Estudos e Pesquisas; e
- Equipe de Comunicação Sindical (ECOS).

PAULO SANTOS DE OLIVEIRA, estudante de Jornalismo da Universidade Católica de PERNAMBUCO (UNICAP), militante do PT é o jornalista responsável pela edição da FOLHA SINDICAL e MARCELO MARIO DE MELO ("AMORIM" ou "MOREIRA"), estudante e bancário, antigo militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ex-presos político beneficiado pela Lei de Anistia, editor do informativo CONSTRUIR da Ação Católica Operária (ACO) é o redator do jornal em tela.

TODA PESSOA QUE TOME CO-
NHECIMENTO DESTE DOCUMENTO
FICA RESPONSÁVEL PELA MANU-
TENÇÃO DE SEU SIGILO (RSAS).

ONDE SE LÊ	LEIA-SE
PT	Partido dos Trabalhadores

ATENÇÃO:

O original deste documento, com 9 folha(s), foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

Folha Sindical

Não exagera, Magalhães



O governador Roberto Magalhães de clarou à Imprensa que a folha de pagamento do funcionalismo público representa 92% das despesas do estado. Já o Conselho dos Economistas afirma que os gastos com os funcionários não passam de 33% do orçamento estadual. E tem documentos para provar.

Os documentos demonstram ainda que, se em 1979 a folha de pagamento chegava a 2/3 das despesas totais, ela só viria a representar 1/3, em 1984. E isto sem considerar que houve um grande aumento do pessoal que trabalha nas estatais.

Segundo o Conselho dos Economistas, o achatamento dos salários dos funcioná-

rios públicos — que deveriam ser aumentados em 73% e só o foram em 45%, — teve a finalidade de, com a diferença, o governo pagar as dívidas estaduais e investir em obras públicas. Isto quer dizer que estão mantendo a mão no bolso dos funcionários do Estado

A nova arapuca do BNH (pág. 3)

Metalúrgico vai trocar direção (pág. 8)

Eleições Diretas & Tendências Sindicais (pág. 6)

No MURAL Noticias das seguintes

categorias

Jornalistas

Camponeses

Médicos

Comunidade Civil

Engenheiros

Vigilantes

Eleitores

Profissionais

de Teatro

Comerciantes

Montadores

(Págs. 4 e 5)

QUE É ISSO, MURILLO?

DIGA ESPELHO MEU, SE EXISTE NESSE MUNDO ALGUÉM MAIS CARA-DE-PAU DO QUE EU? —

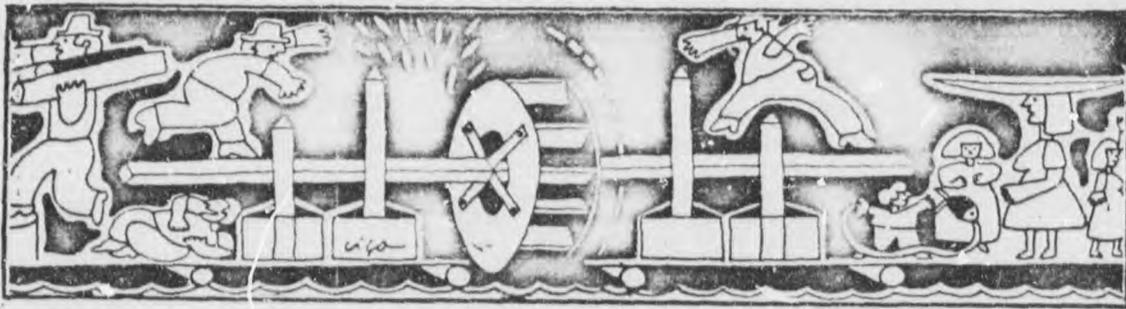


O Ministro Murilo Macedo encomendou um Decreto onde trata da negociação coletiva entre empregados e empregadores. Tudo dentro de um figurino que conduz a um verdadeiro racionamento do sindicato, já tão estrangulado pelas bitolas da atual estrutura sindical. A minuta do Decreto, que foi distribuída entre federações e confederações, procura atingir, basicamente, a sistemática da negociação coletiva, através da criação das comissões por empresa ou categoria, que correriam paralelas ao sindicato, durante uma campanha sa-

larial.

A coisa funcionaria assim: por ocasião de uma data-base, os assalariados poderiam negociar com os patrões !) por meio do sindicato; 2) por meio de uma comissão a nível de empresa; 3) por meio de uma comissão multi-empresa. A escolha por um desses três níveis de negociação, dependeria de eleições, a serem reguladas por um todo-poderoso Conselho Federal de Relações do Trabalho. Sobre tais eleições e tal Conselho, silêncio total — ou tiro no escuro.

(continua na pág. 2)



Chegamos pra dar uma mão

Em pouquíssimo tempo o Brasil mudou muito. Industrializou-se, modernizou-se, aumentou sua população, sua riqueza, sua rede de transportes e de comunicações. Tomemos alguns dados dos últimos vinte anos, a partir do 1º de Abril de 1964, fornecidos pela revista SENHOR nº 159:

O PIB brasileiro (Produto Interno Bruto) passou de 60 bilhões de dólares para mais de 200 bilhões. A produção de aço cresceu 6 vezes, a de energia elétrica 5 vezes e a de cimento, 4. Somos a 8ª indústria mundial de automóveis e um dos 25 países construtores de aviões. Temos uma avançada indústria de computadores e determinados setores do nosso sistema bancário são os mais sofisticados do mundo. O número de médicos por cada grupo de dez mil habitantes passou de 2,8 para 11, e o de universitários pulou de pouco mais de cem mil para mais de um milhão. E tem muito mais, mas fiquemos por aqui.

Agora, como tudo tem um preço, o que estamos pagando por todo esse "desenvolvimento" é impressionantemente alto: além de uma dívida externa impagável de 100 bilhões de dólares, temos 7 milhões de desempregados numa força de trabalho de 45 milhões. Um terço dos empregados trabalham mais de 8 horas por dia, 6 dias por semana. Batemos recordes mundiais de acidentes de trabalho, 20% dos trabalhadores rurais tem entre 7 e 12 anos, milhares de professores pelo país ganham menos de 20 mil por mês e os salários vem sendo progressivamente achatados: os funcionários públicos, por exemplo, estão ganhando menos da metade do que ganhavam há vinte anos. O resto todo mundo sabe... Enquanto isso, a indústria de construção de barcos de luxo apresenta um índice de crescimento de 30% ao ano.

Esses dados demonstram claramente que são os trabalhadores — apenas e exclusivamente — que estão arcando com o preço desse tipo de "desenvolvimento" e pagando as contas da crise. "Mas" — perguntaria talvez um observador estrangeiro, que não conhecesse o "gigante verde-

amarelo" — "como é que os trabalhadores daqui suportam tanto sacrifício? Não existe reação?"

Existe, claro, mas para neutralizá-la o sistema dispõe de excelentes armas, como uma legislação trabalhista que põe os sindicatos sob a tutela do Ministério do Trabalho, um instrumento como o FGTS que permite ao patrão demitir o trabalhador na hora que quiser, e um controle ideológico quase absoluto da burguesia sobre a nação, pelo monopólio exclusivo dos grandes órgãos de imprensa. (Os trabalhadores brasileiros não têm meios eficientes para se expressar. Nas décadas de 20 e 30 havia uma imprensa operária proporcionalmente muito mais influente no país. Na nossa pobre vizinha, a Bolívia, mesmo sob as ditaduras militares, a Central dos Trabalhadores já dispunha de um canal próprio de televisão. E quem pensaria, no Brasil de hoje, numa TV dirigida pela CIJT ou pela CONCLAT, que não são sequer reconhecidas oficialmente?)

Por tudo isso, e pelo que está vindo por aí, que não parece nada auspicioso, é necessário que a organização dos trabalhadores, especialmente o Movimento Sindical, se fortaleça muito mais. Especialmente no Nordeste, onde a classe trabalhadora é a mais explorada do país.

Procurando de alguma forma colaborar para esse fortalecimento, quatro organizações que prestam serviços de assessoria técnica ao Movimento Sindical — FASE, ECOS, CEAS e CENTRO JOSUÉ DE CASTRO — decidiram lançar esse pequeno jornal, que deverá ser publicado mensalmente. A idéia surgiu de uma experiência anterior, o CORREIO SINDICAL, que teve apenas uma edição publicada no ano passado, pelo CEAS e CENTRO JOSUÉ DE CASTRO.

Esta FOLHA SINDICAL não está alinhada com nenhuma corrente política, nem tampouco nenhuma tendência dentro do sindicalismo. Procurará apenas criar uma espécie de ponte de comunicação entre os sindicalistas de Pernambuco, na medida das suas possibilidades informando o dia-a-dia sindical no Estado, discutindo de maneira isenta questões gerais do interesse dos trabalhadores e abrindo um espaço para o aprofundamento da polêmica política entre as correntes e os ativistas sindicais.

Esperamos, sinceramente, com esse trabalho, prestar um serviço útil à classe trabalhadora. Pedimos desculpas pelas falhas deste primeiro número, que esperamos ir corrigindo nos próximos com as críticas e sugestões dos interessados. E finalmente pensamos não ser necessário nos "pormos à inteira disposição" dos sindicalistas, porque, na verdade, a Folha Sindical é de vocês.

Os Editores

(continuação da 1ª pag.)

A CARA DO BICHO

Vamos imaginar a aplicação dessa coisa. Começa uma determinada campanha salarial. Aí sai a diretoria do sindicato pra negociar com as entidades patronais. No meio do caninho, topa com uma comissão interempresarial, que lhe diz: "também estou aqui, dando minha negociadinha. Depois a gente vê se aceita vocês ou não". Nessa hora, bota a cabeça pela janela a comissão intraempresarial, com o dedinho levantado, perguntando: "e esqueceram de mim? Também tô negociando".

Fica claro o interesse de fracionar, dividir, manipular, controlar dominar pela pressão e, inclusive, subornar. Sim, porque é claro que os patrões, acumpliciados pela estrutura sindical do Ministério, do mesmo modo que hoje favorecem pelegos e mamulengos, tratariam de influir para botar nas comissões por empresa e nas comissões interempresariais indivíduos da sua confiança. O decreto, inclusive, tem o cuidado de frisar que "o acordo intraempresarial prevalecerá sobre o acordo interempresarial e este, sobre a convenção coletiva..." Vejam bem, quando o movimento sindical fala em comissões de empresa, procurando enraizar sindicatos e fortalecê-lo como uma coisa una, inteira, o Ministério do Capital, digo, do Trabalho, trata de criar estruturas que visam, exatamente, fragmentar a entidade sindical e fortalecer a parte, a fração, em prejuízo do todo.

ARBITRAGEM

Já vimos que o projeto do Ministro prevê um tal Conselho Federal de Relações do Trabalho, encarregado de determinar as normas eleitorais das comissões intra e interempresariais. Formadas estas comissões, se passaria a constituição das unidades de negociação propriamente ditas, compostas de empregados e patrões. A partir daí, entraria em cena o Serviço Nacional de Mediação e Arbitragem, que poderia, lá do alto, designar um medidor.

Se uma categoria optar pela arbitragem, terá que aceitar a decisão que o árbitro determinar, e não poderá mais fazer greve.

MÁ FÉ E LOCAUTE

Com relação à greve, a nova regulamentação mantém, no essencial, o que já existe na CLT a respeito e promove algumas piores. O quorum para decretação é reduzido um pouco (passa para 1/5). Permanece a figura da greve ilegal e todo o poder de intervenção da Justiça do Trabalho e do Ministério. Também são mantidas as chamadas "categorias essenciais, às quais é vedado o direito de greve. Surge, no entanto, novo elemento de restrições sindicais, são as atitudes catalogadas de "má fé", no processo de negociação, que podem ser taxadas com pesadíssimas multas. Outro elemento que vem demonstrar a inspiração patronal da reforma de Murilo Macedo, é que, pela primeira vez, se propõe a legalização do Locaute para os empresários — coisa proibida pela atual CLT.

Não há dúvida de que a reforma de Murilo Macedo seria extremamente perniciosa ao meio sindical. E quanto ao Ministro, parece que, com essa, ele está mesmo é querendo ocupar o lugar de Delfim, em matéria de cara de pau. ●

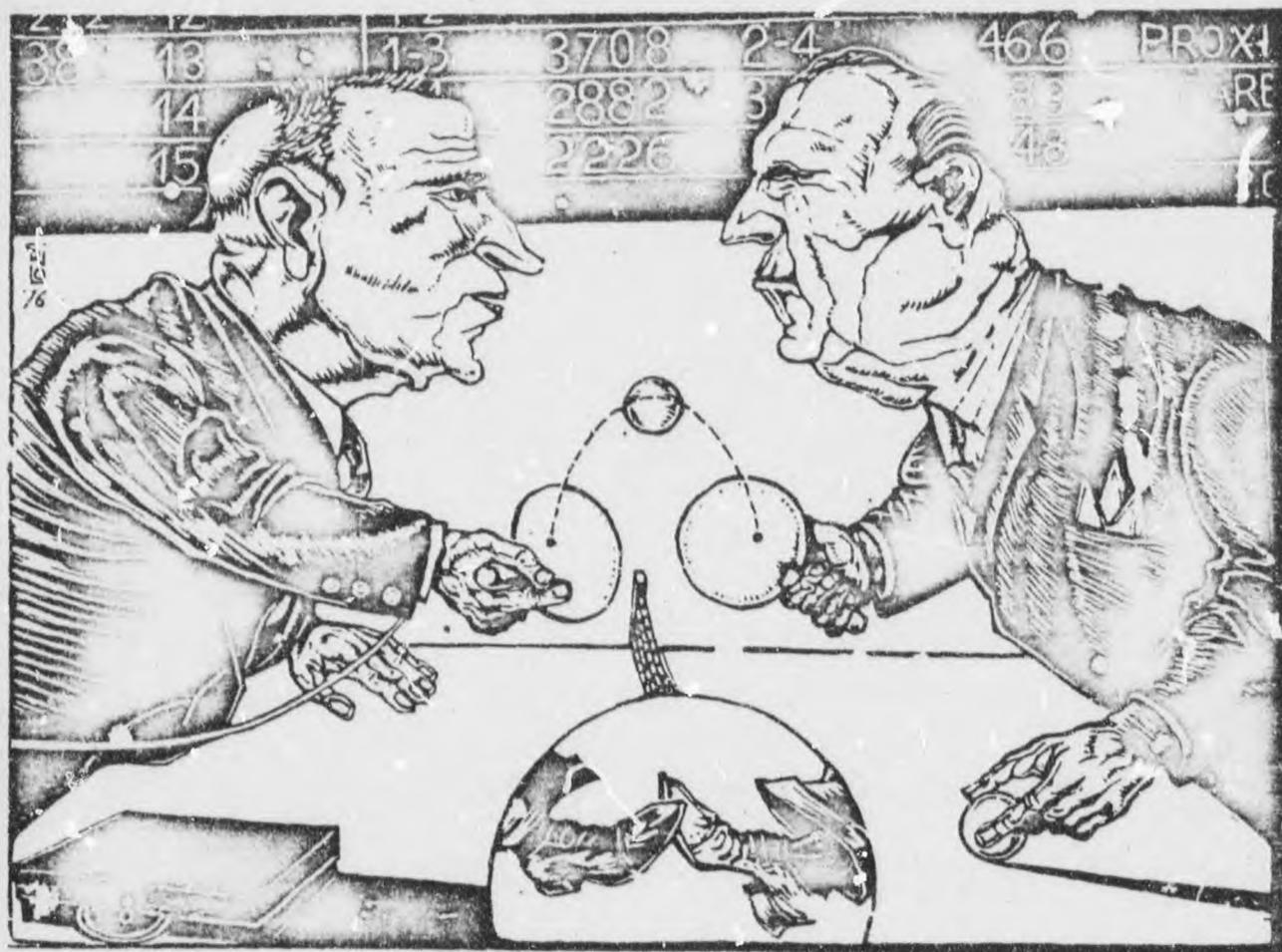
Folha Sindical

Publicação mensal do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), Federação de Órgãos para Assistência ao Serviço Educacional (FASE), Centro Josué de Castro — Estudos e Pesquisas, e Equipe de Comunicação Sindical (ECOS).
Jornalista Responsável: Paulo Santos (Reg. prof. 1.018/PE)

Produção Jornalística: ECOS
Redator: Marcelo Mário de Melo
Diagramação: Paulo Santos
Composição/Impressão: Liber Gráfica

Tiragem: 1.000 exemplares
Correspondência: Edif. Duarte Coelho, S. 1306, Bloco "C", Rua da Aurora, Recife-PE, 50.000.
ANO I, Nº 1, Recife, Abril de 1984.

CUIDADO COM OS 80%



Os cartões do governo fazem ping-pong com os números para confundir e enganar. A opção de pagamento com base em 80% do salário mínimo é um dos piores negócios que pode fazer o mutuário do BNH ou Sistema Financeiro de Habitação. Mandado de segurança tem sido a melhor resposta dos informados.

Se você é mutuário do BNH ou do Sistema Financeiro de Habitação e está encantado com a notícia de que o governo está fazendo a concessão maravilhosa de permitir um aumento de apenas 80% do salário mínimo, tire o cavalete da chuva, porque o buraco é bem mais em baixo, e nele você poderá ficar atolado até o pescoço. Para adotar o reajuste com base em 80% do salário mínimo, você é obrigado, primeiro, a romper com o Plano de Equivalência Salarial e alterar o seu contrato. E aí está a malandragem do governo.

O Plano de Equivalência Salarial é o direito que tem o mutuário de reajustar o seu imóvel apenas no limite dos seus reajustes salariais. Por exemplo, se você, durante o ano, teve um total de 90% de aumento salarial, terá também um reajuste de 90%, e fim de papo. Não precisa alterar contrato, nem coisíssima nenhuma a mais. Isto é um dispositivo da legislação do BNH, que o governo vem descumprindo. O governo, portanto, está na ilegalidade.

E foi partindo dessa ilegalidade do governo, que a Causa Comum, uma entidade recifense que luta pelos direitos do ci-

dadão, formou, nos reajustes do ano passado, uma equipe de advogados e meteu mandado de segurança contra o governo, exigindo o cumprimento do Plano de Equivalência Salarial. E não deu outra: foi mandado de segurança entrando, o juiz dando a liminar favorável ao mutuário, e depois dando a Sentença final. Isto foi aos milhares. E não só em Pernambuco, não: o Brasil todo entrou na dança.

É claro que as imobiliárias e as financeiras recorreram das sentenças judiciais nos estados, apeliando para o Tribunal Superior de Recursos. Elas estão na delas. E nós, mutuários, na nossa. Batalha judicial é isto mesmo. Enquanto as financeiras esperam os resultados dos seus recursos, são obrigadas a engolir o sapo de terem de aplicar o plano de Equivalência Salarial.

Quem não entrou na justiça no ano passado, teve de passar aos reajustes semestrais, ou então pagar os 130%. Este ano, o governo começa com nova manobra, acenando com a "maravilha" dos 80% do salário mínimo. Mas Causa Comum está nos calcaneares do governo, abrindo os olhos do mutuário, e dando todas as dicas para que

ele entre também na dança da ação judicial em defesa dos seus direitos.

A Causa Comum estabelece as desvantagens contidas na opção pelos 80% do salário mínimo: 1) Você tem de mudar o seu contrato e acabar com o Plano de Equivalência Salarial; 2) Com isto, você fica sujeito a, no ano seguinte, ter de engolir uma proporção de aumento na base de 100% do salário mínimo (80% é só este ano); 3) O Plano de Equivalência Salarial baseia a UPC (Unidade Padrão de Capital) no limite das variações do salário, que em geral ficam abaixo da variação do salário mínimo. Significa que se você adotar o mínimo como padrão, e ainda mais o mínimo integral (lembra-se que 80% é só este ano) seus reajustes vão estourar nos próximos anos. É exatamente prevendo um aumento do salário mínimo numa proporção muito maior do que os aumentos salariais, que o governo jogou os 80%: depois ele tira o atraso nas costas de quem entrar na jogada.

Ante as jogadas sujas e as cascas de banana que o governo vem jogando, a resposta dos mutuários só pode ser mesmo entrar na justiça e exigir aumento da casa própria proporcionais aos seus aumentos salariais. A sentença que os juízes vêm dando aos milhares, é muito clara: "reajuste-se com base nos aumentos salariais do mutuário". E pt saudações. ●

OS MACETES PARA A SUA AÇÃO JUDICIAL CONTRA O BNH

- 1 - Documentos necessários
 - 2 cópias do contrato, sendo uma autenticada
 - 2 procurações, uma delas com firma reconhecida.
- 2 - Grifar o seguinte no seu contrato:
 - PES (Plano de Equivalência Salarial)
 - NOME ou NOMES do/s mutuário/s
 - Valor do financiamento em UPC.
- 3 - Tabela das despesas do mutuário

Até 1.000 UPC	Cr\$ 2.000,00
De 1.001 a 2.000 UPC	Cr\$ 5.000,00
De 2.001 a 2.500 UPC	Cr\$ 10.000,00
De 2.501 a 5.000 UPC	Cr\$ 20.000,00

Observação: os serviços jurídicos da Causa Comum são gratuitos. Estas contribuições são para financiar as despesas com as pessoas de menores posses, no que diz respeito a entrada de papéis, taxas, etc.

Terças e quintas, a partir das 17 horas.

Mutuários de abril: das 9 às 17 horas

Prazo limite para os mutuários de abril: até o dia 20/4

- 5 - Endereço da Causa Comum
Travessa do Veras nº 33, Boa Vista (pertinho da Praça Maciel Pinheiro) - Recife. Telefone: 221.0994.
- 6 - Noticiário da Causa Comum
Todos os domingos, no Jornal do Comércio, tem uma coluna da Causa Comum informando sobre o andamento das ações judiciais impetradas e explicando a respeito das metretas do BNH e os direitos dos mutuários.

ENGENHEIROS

CONTRA AUTARQUIZAÇÃO

Eleito em novembro do ano passado, tendo como presidente o engenheiro Claudio Pinto, o Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco assume como lutas mais urgentes o aumento de 73% para o funcionalismo das estatais, em lugar dos 45% impostos pelo governo, ao mesmo tempo em que trava a resistência contra a autarquização das empresas estatais. "Se isto ocorrer", diz Jurandir Liberal, tesoureiro do Sindicato, "os aumentos salariais serão dados a gosto, pelos empresários".

O Sindicato dos Engenheiros trabalha apoiado em oito comissões e um grupo mais próximo composto de 50 pessoas. As relações com outras entidades são viabilizadas pela Comissão de Organização Sindical e apoio às comunidades através de serviços de engenharia, o que acontece, por exemplo, com relação ao "projeto Teimosinho", de Brasília Teimosa. Os engenheiros estão integrados na campanha das diretas.

VIGILANTES

VIGIANDO DISSÍDIO

A Associação dos vigilantes, no dia 10 de fevereiro, elegeu a diretoria do biênio 84/86. Israel César de Melo foi reconduzido à presidência. Houve chapa única. Entre 765 associados com direito a voto, 398 sufragaram a chapa eleita, 2 votaram nulo e um em branco.

Os vigilantes ainda aguardam o resultado do dissídio coletivo, que há mais de quatro meses está para ser julgado. Eles queriam um reajuste de 110% do INPC, redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias e estabilidade no emprego ao serem admitidos.

Outra reivindicação da categoria é a regulamentação da profissão, pois o Decreto 7102 apenas criou a atividade, mas não a regulamentou. Israel César de Melo, que está assumindo o seu terceiro mandato de dois anos, estranha o fato da profissão de vigilante estar ligada ao Ministério da Justiça, e não ao do Trabalho, como acontece às outras atividades. A associação dos vigilantes faz parte do comitê pró-diretas para presidente.

CONSTRUÇÃO CIVIL

ENCONTRO EM VITÓRIA

Os trabalhadores da construção civil de Vitória (Espírito Santo), juntamente com dele-

gações dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e do norte do Espírito Santo, reuniram-se em seminário nos dias 11 e 12 de fevereiro passado, para tratar das questões de interesse da categoria. Além das resoluções aprovadas, foi lançado um manifesto dirigido às autoridades, aos trabalhadores e ao povo em geral. Citamos alguns trechos:

"Fomos expulsos ou atraídos do campo para a cidade pelos grandes projetos industriais e agropecuários e pela política agrícola e agrária do governo. É o caso, por exemplo, da CST - Companhia Siderúrgica do Tubarão, do Proálcool, dos projetos e dos reflorestamentos. Não tínhamos terra e nem subsídios do governo para plantar. De bóias-frias no campo passamos a desempregados ou mal empregados na cidade. Não temos casa, não temos emprego, não temos terra para plantar.

"Somos trabalhadores rurais transformados em operários ou desempregados. É preciso que o governo adote medidas imediatas para assegurar pleno emprego aos trabalhadores, quer no campo ou na cidade, adotando uma política econômica voltada para os interesses da população e não para um grupo de privilegiados.

"De imediato, sugerimos o reinício da construção de grandes obras públicas de interesse da população, com a forma de frente de trabalho no setor da construção civil, uma reforma agrária controlada pelos trabalhadores e de eleições diretas em todos os níveis, inclusive para presidente da república". Assina: Waldemar Almeida Lyrio, pelos trabalhadores presentes.

ELETRICITÁRIOS

PISO E DIRETAS

O Sindicato dos Eletricitários está mobilizando seus associados na campanha que visa a manutenção do piso salarial dos trabalhadores da CHESF, em três salários mínimos, obtido há 16 anos. Com a implantação do decreto 2.100, que corta benefícios das estatais, os eletricitários perdem o direito adquirido. "Mas estamos mobilizando a categoria pra fazer frente ao decreto", diz Edvaldo Gomes de Souza, presidente do sindicato.

A atual diretoria, que está no seu segundo mandato, defende a participação da classe na luta pelas estatais, contra o arrocho salarial e pelas eleições diretas para presidente da república.

AGRICULTORES

AÇÚCAR COM SANGUE



A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, FETAPE, está reivindicando junto à SUDENE e ao governo do estado um aumento do atual salário pago aos trabalhadores das frentes de trabalho - 15 mil cruzeiros - para um salário mínimo. Para o presidente da entidade, José Rodrigues da Silva, no terceiro ano de seu mandato, "está claro o atual descaso do governo com o problema da seca no sertão, pois é mantido o irrisório salário de 15 mil cruzeiros, congelado desde maio último".

Na área da cana-de-açúcar, a FETAPE está cobrando do governo providências contra as violências patronais que estão ocorrendo contra os trabalhadores que reclamam seus direitos. "As nossas denúncias não têm sido devidamente apuradas," diz José Francisco. Recentemente, a FETAPE enviou ao Governador do Estado um documento relacionando todos os casos de violência, intitulado "Açúcar com Gosto de Sangue", onde se refere a espancamentos, assassinatos, e à existência de milícias privadas a serviço dos proprietários de terras.

A entidade também está empenhada na campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da república, e tem participado de reuniões e atos públicos neste sentido. José Rodrigues entende que só com a reconquista do direito de votar para presidente, "poderemos ter um governo legítimo e eficaz".

PROFISSIONAIS DE TEATRO

NA MÃO DOS EMPRESÁRIOS

Além de FETAPE, que congrega os artistas amadores do teatro, há no Recife a APATEDEOESP-Associação dos Artistas e Técnicos em Espetá-

culos e Diversões de Pernambuco. Mas esta entidade se encontra desativada - ou morta - sob o controle dos empresários de teatro, que não têm interesse em alterar o seu estado atual.

Embora a lei que regula a profissão dos artistas de teatro exista desde 1978, não se notou em Pernambuco, nem um crescimento da APATEDEP, nem de uma movimentação no sentido de implementar os direitos adquiridos por via legal. Predomina, no meio artístico, a falta de uma consciência de classe e uma atitude conformista ante a exploração que atinge artistas e técnicos. Além do controle e do sufocamento da entidade sindical, os empresários teatrais encaminham uma política de envolvimento através do paternalismo e das "relações cordiais". Romper estas barreiras é um desafio de sobrevivência e de profissionalismo dos explorados do setor teatral.

SINDICATO DOS SINDICATOS



Noé organiza Associação

Depois de uma pesquisa em 13 entidades, realizada em setembro de 1983, um grupo de funcionários de sindicatos partiu para formar no Recife uma associação dos trabalhadores em sindicatos. A primeira reunião contou com doze pessoas e teve moços de apoio de sindicalistas e políticos, diz Noé Batista, funcionário do Sindicato dos Metalúrgicos. Sobre a razão de ser da entidade, ele acrescenta que "todos os trabalhadores têm uma entidade, menos os que trabalham em sindicatos. A CLT proíbe. Abre-se aí uma possibilidade de se ser explorado sem ter onde reclamar. É preciso romper com isto," perguntamos a Noé como se organizariam os assalariados da associação dos funcionários de sindicato, e ele respondeu:

- Estamos lutando por nossa organização e independência dos sindicatos, portanto não procuraremos impedir que os nossos futuros funcionários também se organizem. Atitude que muitas vezes ocorre em sindicatos, até mesmo do sindicalismo combalivo.

Mural



MOTORISTAS

OPOSIÇÃO QUER O VOIANTE

As eleições para o Sindicato dos Condutores Autônomos de Pernambuco, que serão realizadas nos dias 9, 10 e 11 de julho, prometem um tempo quente na área dos motoristas. É que a oposição, que vem realizando um trabalho de articulações e reuniões há cerca de seis meses, está desenvolvendo uma ofensiva campanha que começa a se irradiar e mobilizar um desejo de mudança entre os motoristas.

O candidato a presidente pela oposição, Severino Pedrosa (Biba), acusa a diretoria atual de barrar a entrada de novos socios, a fim de se manter no poder a todo custo. Segundo ele, para uma categoria de 45 mil motoristas, em todo o estado, somente três mil estão associados ao sindicato.

Na sua plataforma de renovação, os opositoristas propõem o seguinte:

— Transformar o Sindicato num real instrumento a serviço dos verdadeiros condutores autônomos de táxis, kombis e caminhão;

— Colocar a disposição da categoria um serviço de oficina com mão de obra gratuita e as peças de reposição com preço realmente de custo;

— Atuar junto às autoridades com a seriedade e a responsabilidade que representa os interesses da categoria, lutando por uma nova política de combustível, por mais segurança e pela redução da abusiva indústria das multas;

— Democratizar, unir e organizar a categoria, através do sindicato, para que tenhamos cada vez mais força e fazer valer nossos interesses.

O Sindicato dos Condutores autônomos tem delegacias em Palmares, Garanhuns e Caruaru.

MÉDICOS

AUMENTO E CONCURSO

O decreto que reajustou em 45% os salários dos médicos pertencentes a Fusam-Fesp, está sendo contestado pelo Sindicato dos Médicos do Recife, que quer o cumprimento do decreto 2065, onde se estabele-

ce o reajuste de 74,8%. O índice de 45 está em vigor desde janeiro. A categoria está exigindo do governador um reajuste maior.

Outro pleito dos médicos é que as contratações que o IPSEP está fazendo — há cerca de 50 vagas — passem a ser feitas por concurso, o que não ocorre no momento, segundo Bernadete Antunes, tesoureira do sindicato. A diretoria que assumiu há três meses, pretende ampliar as reivindicações da categoria, participando junto à sociedade civil de reivindicações não setoriais, como já o faz em relação à campanha pelas eleições diretas para presidente.

MÚSICOS

TEM DÓ

O Sindicato dos Músicos do Recife está pleiteando junto à Prefeitura a isenção do ISS — Imposto Sobre Serviço — e melhores salários e condições de trabalho para os músicos da Orquestra Sinfônica e da Banda Municipal da cidade.

A entidade está lutando para que a Delegacia Regional do Trabalho faça um cadastramento dos clubes e buates da cidade, dentro do sistema de evitar a "burla", o trabalho clandestino de músicos sem registro. É pensamento da atual diretoria, que assumiu há seis meses, estender a ação do sindicato a todo o estado de Pernambuco.

DOMÉSTICAS

CARTEIRA E FESTA

A principal luta da Associação das Empregadas Domésticas do Recife tem sido pelo reconhecimento de sua profissão. Para isto, foram feitos contatos com parlamentares opositoristas visando a defesa desta causa no Congresso Nacional. A nível local, a atual diretoria, que está no fim do mandato, tem pro-

curando desenvolver uma campanha de conscientização entre as domésticas, para que não trabalhem sem carteira assinada, exijam o salário mínimo e o direito a uma folga semanal.

No período de 27 a 29 de abril, a Associação vai comemorar o dia da empregada doméstica, com a realização de uma missa, palestras, filmes e uma festa. A Associação das domésticas tem marcado sua presença nas manifestações pelas eleições diretas.

COMERCIÁRIOS

DESEMPREGO

O desemprego tem sido a principal preocupação do Sindicato dos Comerciantes, segundo informou o seu presidente Luiz Generoso. "Não sendo uma mão de obra especializada, os comerciantes enfrentam o desemprego na sua área e ainda sofrem as consequências do desemprego na indústria e na construção civil", diz o presidente.

Segundo Generoso, o Sindicato dos Comerciantes "participa ativamente" da campanha para que as prestações da casa própria sejam reajustadas de forma condizente com as possibilidades da população, mas não está engajado na campanha em favor das eleições diretas para presidente.

LBA — JOAQUIM NABU — CO — SESC — SENAC E CIA.

NASCEU ASSOCIAÇÃO

No dia 19 de março, realizou-se a eleição para a diretoria da Associação Pernambucana dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional. A entidade congrega trabalhadores em entidades como SESC, SENAC, LBA, Fundação Joaquim Nabuco, etc. Foi eleita por aclamação uma chapa única, que tem como presidente José Raimundo de Araújo. Secretária e Tesoureira são, respectivamente, Maria Luzinete de Lima e Valdir Roberto de Lima.

A base para a eleição se restringiu ao SENAC e ao SESC. Mas a diretoria eleita pretende encaminhar o pedido de investitura sindical e, depois da resposta do Ministério do Trabalho, encaminhar um processo eleitoral com ampla divulgação junto às entidades culturais do Estado. Os interessados devem providenciar o seu processo de associação, porque há uma carência de seis meses, para se ter

o direito a voto.

À eleição da Associação de Pernambuco estiveram presentes seis representantes do SENALBAS estaduais: São Paulo, Brasília, Minas, Goiás, Ceará, Pernambuco.

JORNALISTAS

MORALIZAR

Ampliar o mercado de trabalho e achar uma solução para a situação da Empresa Jornal do Comércio, estão sendo as principais lutas desenvolvidas pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Recife, segundo seu presidente, Eliomar Teixeira. Diante da grave situação em que se encontra a Empresa Jornal do Comércio, sob intervenção há 18 meses, Eliomar não vê outra saída senão a liquidação judicial, "porque assim os jornalistas finalmente receberiam os seus salários".

Na tentativa de "moralizar a atividade", o sindicato deu entrada na DRT a um pedido de revisão de todos os registros profissionais feitos desde 1974. O objetivo é afastar aqueles que estão exercendo a profissão ilegalmente. Para isso, serão fiscalizados também todos os jornais e empresas da cidade.

TUDO SOBE COM DELFIM QUE NÃO TEM MAIS FIM

Otacílio Batista

Um neto não sei de quem está feito um bicho papão. Vem guilhotinando o povo com a navalha da inflação. Ele nada em toda onda quem for piaba se esconda do dente do tubarão.

Sobe o preço da cordona, catuaba, amendoim.

O velho diz para a velha, a culpa é do Seu Delfim. Sem cordona e catuaba o meu negócio se acaba esfria que só pingui.

Bradou da televisão um velho da Guanabara: fui juiz da sexta vara julguei de vara na mão. Quem deu à luz a inflação outra coisa não passou: depois que tudo souou o meu nervoso cresceu a ossada amoleceu e a minha vara caiu.

DIRETAS & TENDÊNCIAS



Como é que estão se posicionando sobre as diretas os sindicalistas de diferentes correntes dentro do movimento e filiados a distintos partidos políticos? Para ter uma pequena mostra, entrevistamos três dirigentes sindicais. São eles: Raimundo Ananias, presidente do Sindicato dos Securitários, membro da direção nacional da CUT e filiado ao PT; James Beltrão, vice-presidente do Sindicato dos Professores, ligado à CONCLAT, e filiado ao PMDB e José Generoso, presidente do Sindicato dos Comerciantes, que embora não se declare ligado a nenhum partido ou corrente sindical, nas eleições de 82 assinou manifesto apoiando o PDS e teve ligações com o MUSI.

- Contra ou favor das diretas?
- Ananias, Generoso e James: A favor.
- Qual a importância das eleições diretas?

Ananias - O povo brasileiro perdeu o sentido de cidadania. As eleições diretas seriam um passo inicial na retomada dessa consciência. Mesmo que o candidato eleito fosse um homem do PDS, a população estaria em condições de cobrar as promessas da campanha eleitoral, além de torçar o candidato eleito a governar com um mínimo de sensibilidade às aspirações populares, levando em consideração a influência do resultado da sua atuação na eleição seguinte.

James - A importância está no fato de que as diretas podem criar as condições para a superação da crise econômica atual e a saída do impasse político-institucional em que vivemos. Isto a partir do momento em que escolhermos um presidente comprometido com as aspirações de toda a nação brasileira.

Generoso - Para que o povo escolha seus dirigentes.

- As diretas vão sair ou não vão?

Ananias - Acredito que não se pode mais impedi-las. No mínimo, os partidos negociarão a sua realização para um futuro próximo.

James - Depende da pressão de massas. Por isso se faz necessária uma ampla negociação dos partidos políticos, pois atualmente nenhum deles tem maioria suficiente para garantir os 2/3 necessários para a aprovação da emenda das eleições diretas.

Generoso - Penso que não, só se o PDS for burro.

- Tem preferência por candidato?

Ananias - Leonel Brizola

James - Não, porque entendemos que o nosso compromisso deve ser com a defesa das eleições diretas, e não com candidatos.

Generoso - Não.

- Como negociação, aceitaria adiar as diretas e apoiar um candidato indireto?

Ananias - Não.

James - A priori, não. No entanto, o processo político é dinâmico. Se a pressão exercida hoje pelas forças que têm o desejo de mudança não for suficiente para mudar as regras do jogo, temos que fazer a opção por aquele que, num dado momento, nos faça avançar, e se tivermos clareza de que a melhor opção é a negociação, vamos negociar.

Generoso - Sim.

- Qual a repercussão da campanha pelas eleições diretas nas lutas travadas hoje pelo movimento sindical, como por exemplo, o desemprego?

Ananias - O movimento sindical, embora apoiando a campanha pelas diretas, não conseguiu ainda conciliar essa campanha com suas lutas específicas, ou seja, não conseguiu incluir as diretas no conjunto das suas reivindicações. Há, entretanto, um dado positivo, que é o engajamento das duas centrais, na campanha, demonstrando que é possível uma união de forças, quando a reivindicação parte do desejo do conjunto dos trabalhadores.

James - As eleições diretas, além de serem uma bandeira que unifica e mobiliza praticamente todos os segmentos da sociedade, são o carro chefe, hoje, para darmos os primeiros passos para o restabelecimento pleno da democracia e a luta pela superação da crise, com o fim do arrocho salarial, o fim do desemprego e da miséria, pela reforma agrária, pelos subsídios à agricultura, etc. Com isto não estamos entrando na ilusão das diretas como táboa de salvação, mas elas podem representar um passo importante nas efetivas mudanças pelas quais deve passar este país.

Generoso - A melhor possível, tendo em vista que são assuntos do maior interesse dos trabalhadores, que estão em jogo. ●

EM TEMPO:

As matérias "Entidades que prestam serviços aos Sindicatos," "O Dia do Golpe em Pernambuco" e "Centrais Sindicais Internacionais", anunciadas para este primeiro número da Folha Sindical, serão publicadas nas edições seguintes.

Criado o DIAP

Fundado oficialmente em dezembro de 1983, já se encontra em funcionamento o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar -- DIAP. Segundo definição dos seus estatutos, o DIAP "constitui-se em órgão técnico, que tem por finalidade prestar assistência às entidades sindicais no que diga respeito ao andamento de projetos de lei e estudos legislativos do interesse da classe trabalhadora junto aos Poderes da República"

O DIAP procurará se estruturar visando as seguintes linhas de trabalho:

- elaborar estudos e ante-projetos de leis no interesse da classe trabalhadora;
- manter controle de projetos e estudos em curso e seu respectivo andamento;
- emitir parecer sobre projetos e estudos apresentados;
- possuir organização capaz de credenciar pessoas habilitadas junto a órgãos e instituições;
- manter publicação periódica, dando informação sobre a atuação parlamentar no Congresso Nacional, sobre projetos de lei, suas emendas, andamento, encaminhamento para votação, resultado de votação e estudos técnicos"

O DIAP vem contando com o apoio de sindicalistas de todas as tendências. A contribuição das entidades-membros será de um salário de referência, por mês, e reexaminado o valor em nova Assembléia. O endereço é o seguinte: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR -- DIAP -- Setor Bancário Sul -- Edifício Seguradoras, 6ª andar, sala 609, CEP 70.072 -- Brasília -- DF. ●

O Caso & A Coisa

DESENTENDE

"FALANDO É QUE A GENTE SE

● *Comício no Recife, nas eleições de 82. Um candidato a deputado começa a falar na "legislação excepcional", nas "prerrogativas do parlamento" na "conjuntura econômica" e "correlação de forças políticas". Quando ia atacar os "casuimos" e a "geopolítica", um trabalhador que estava assistindo ao espetáculo perguntou ao vizinho: "O que é que ele tá dizendo?". O outro respondeu: "Tá esculhambando com o governo". Aí o perguntador se alegrou: "Muito bem, doutor, o senhor tá certo!..."*

● *Rio, 79. Reunião do Comitê Brasileiro de Anistia. Composição coloridíssima. Estudantes, profissionais liberais, intelectuais, políticos, artistas, representantes jornais alternativos, parentes de presos e também um pouquinho de classe operária. A sala fervia de gente e polêmica. Intervenção pra lá, intervenção pra cá, informes, apertes, colocações, questões de ordem, quando de repente um operário toma a palavra:*

- "Eu queria pedir um favor a vocês..."
Pausa silenciosa.

- "Não chamem mais a gente de segmento, não..." (Marcelo Mário de Melo).

Quais são as correntes de opinião mais significativas e com maior capacidade de pressão no movimento sindical? Como se renovam as direções sindicais? Qual a proporção de direções ativas e inativas? O que deve e o que não deve ser reformulado na CLT, na opinião dos sindicalistas? Qual o nível de participação dos trabalhadores nos sindicatos, e como se dá a comunicação dirigentes/bases?

Para responder a essas questões e a muitas outras, foi realizada uma pesquisa em 7 estados brasileiros, ao mesmo tempo, entre fevereiro e julho de 1981. Os entrevistados foram dirigentes sindicais de várias categorias, grandes e pequenas, do campo e da cidade, e de todas as correntes políticas. Essa pesquisa foi coordenada pelo CEDEC (Centro de Estudos da Cultura Contemporânea). Em Pernambuco e na Paraíba, o trabalho foi feito por uma equipe do Centro Josué de Castro — Estudos e Pesquisas, tendo a colaboração do Departamento de Ciências Sociais da Universidade da Paraíba. O resultado da pesquisa nesses dois estados foi publicado no ano passado, sob a forma de caderno, com a colaboração da FASE pernambucana. Um livro sobre a pesquisa nos 7 estados foi publicado pela Editora Brasiliense com o título "Sindicalismo em Tempo de Crise."

O trabalho nos dá uma espécie de radiografia do que se passa na cabeça dos dirigentes sindicais do Nordeste. Dele, procuramos fazer um resumo, que apresentaremos dividido em várias partes, a partir deste número.

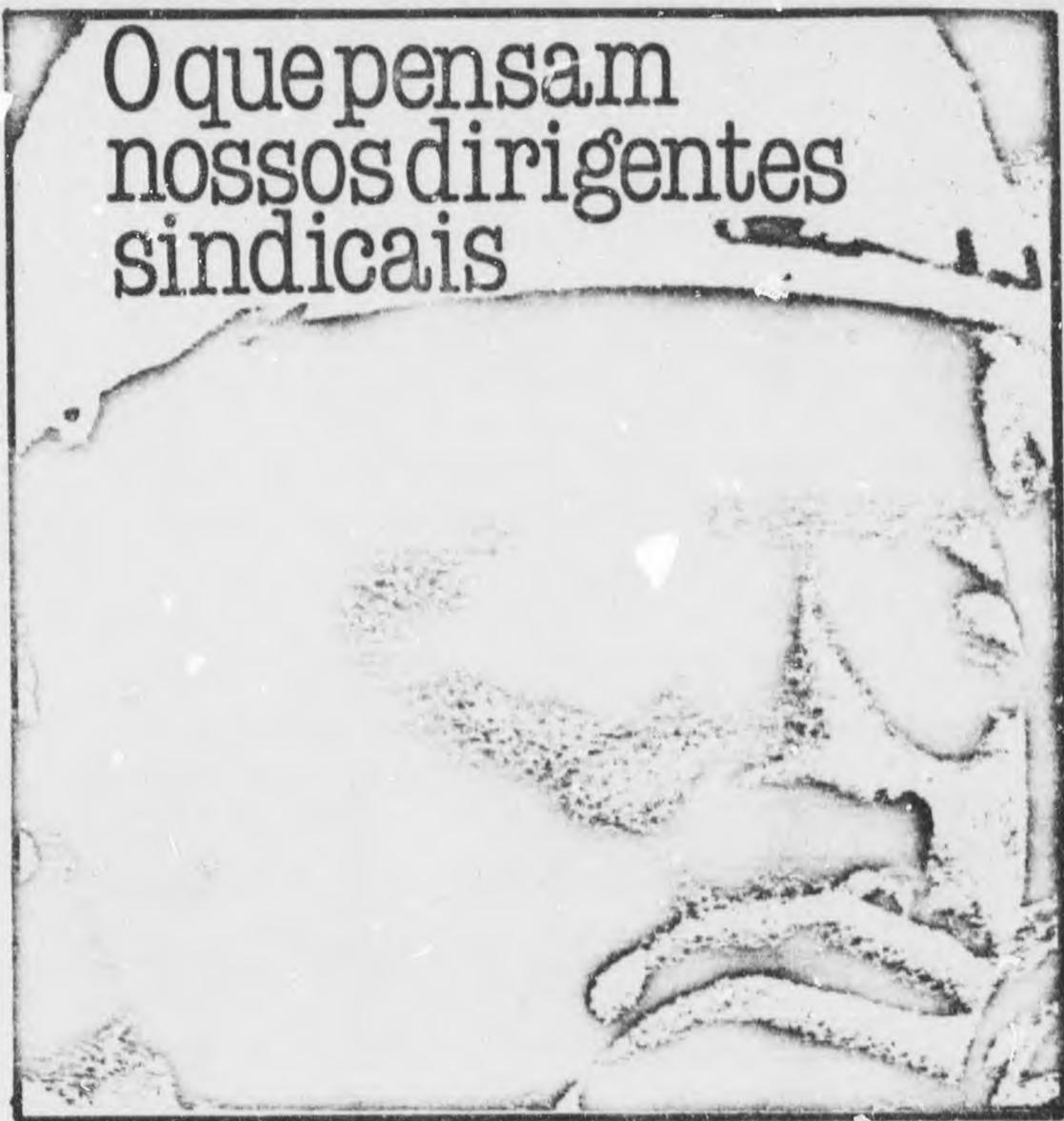
UNANIMIDADE: A CLT DEVE SER REFORMADA

Metade dos dirigentes sindicais quer mudanças profundas e metade quer mudanças parciais na CLT, mas ninguém está satisfeito. Por ordem de importância, são estas as modificações mais desejadas: 1) acabar com o direito do Ministério do Trabalho de cassar e destituir direções sindicais (80%); 2) reintegração das direções cassadas e mudanças na Lei de Greve (70%); 3) direito dos trabalhadores a terem uma central sindical (67%); 4) modificação das normas das eleições sindicais (60%).

Detalhe importante: a modificação da Lei de Greve foi um item que recebeu 70% dos votos entre os sindicalistas da região, enquanto que no Rio Grande do Sul essa percentagem foi de 97%, no Rio 93% e em São Paulo 88%. Conclusão: o pessoal aqui não é fanático por greve, seja lá por que razão for.

Outros temas que tiveram unanimidade: sindicato único por categoria e manutenção do imposto sindical. Todo mundo a favor. Já o reconhecimento obrigatório do sindicato pelo Ministério do Trabalho, foi uma questão que praticamente dividiu ao meio os sindicalistas. Mais de 50% é radicalmente contra a necessidade desse reconhecimento, enquanto 44% é a favor, alegando que isso é uma garantia contra a multiplicação de sindicatos numa mesma categoria.

QUEM TEM O DIREITO DE PROPOR MUDANÇAS NAS LEIS DE TRABALHO?



O que pensam nossos dirigentes sindicais

São as direções sindicais, as federações e confederações, que têm o direito de apontar quais as modificações na CLT desejadas pelos trabalhadores, ou são as assembleias gerais?

A maioria (25%), acha que é um conjunto formado pelas entidades sindicais somadas às assembleias gerais, que tem esse direito. Os que defendem que só as direções é que podem opinar, são 22%. E 20% defende que apenas as assembleias gerais de trabalhadores é que podem decidir questões tão importantes.

Outro detalhe: os partidos e o governo gozam de conceito mais baixo do que puleiro de pato, entre os sindicalistas. Só 3% dos entrevistados considera os partidos como instrumentos válidos para discutir as questões trabalhistas. E apenas 11% admite a participação de políticos junto as assembleias gerais e as direções sindicais nessas discussões.

QUEM TRABALHA MESMO PARA MUDAR A CLT?

A maioria dos dirigentes consultados na área urbana (66%), declarou que já havia movido alguma palha na luta pela modificação das leis do trabalho. Enquanto isso, 22% reconheceu que nada havia feito, e 11% não soube ou não quis responder a esse item. Quando se perguntou o que se havia feito, as respostas demonstraram que essas atividades se limitaram a congressos nas cúpulas sindicais — centralizadas em federações ou confederações — ou a ofícios enviados a autoridades. Na Zona da Mata, o nível de participação é diferente, já tendo havido encontros de

base para discutir a estrutura sindical e o encaminhamento das lutas pelas mudanças.

No conjunto do movimento sindical no Nordeste, verifica-se uma ausência de discussões sistemáticas sobre estas questões, e muitos dos dirigentes consultados, embora se declarem favoráveis a modificação na CLT, não têm uma opinião formada sobre o assunto.

No quadro da atual legislação, é possível a existência de um sindicalismo mais combativo? Para 53%, é muito difícil", para 22% é "impossível", sendo "possível" apenas para 23% dos dirigentes. Estes últimos, boa parte dos sindicalistas rurais

NEGOCIAÇÕES DIRETAS

Nos últimos anos muitos líderes sindicais, e mesmo empresariais, têm reclamado pelo fato do Estado se meter demais nas relações trabalhistas. Muita gente quer negociações diretas entre empregados e empregadores. Dos dirigentes sindicais de Pernambuco e da Paraíba quase metade (47%) consideram indispensáveis modificações na Lei de Greve, antes que venham as negociações diretas.

A nível nacional esse índice é muito maior (62%). Já 28% dos entrevistados da região acreditam que não é necessário modificar a Lei de Greve para permitir negociações diretas. A média nacional dos que pensam assim é de 11%. E 20% dos dirigentes locais declaram ser útil uma modificação na Lei de Greve, para o mesmo fim, porém não indispensável.

(Continua no próximo nº)

Balanço de um mandato sindical

João Paulo, atual secretário dos Metalúrgicos, é candidato à presidente pela chapa do Zé Ferrugem nas eleições que se realizarão em julho deste ano. A chapa foi indicada numa assembléia geral da categoria, com mais de 400 pessoas. Nesta entrevista, ele fala sobre as dificuldades e experiências do primeiro mandato e dá opinião a respeito de outras questões, inclusive tratando de um assunto tabu: as divergências. Na diretoria do sindicato.

FOLHA SINDICAL — Fale das dificuldades encontradas por vocês na passagem da condição de oposição a dirigentes do sindicatos.

João Paulo — Sem falar na recessão, a primeira dificuldade foi a ausência de uma vida militante nas empresas básicas. A segunda, é que nas empresas que oferecem melhor condição de trabalho e salário, há uma tendência à acomodação. A terceira dificuldade é a perseguição nas empresas. Basta dizer que, de 16 delegados sindicais existentes nas fábricas, no final de um ano, somente um se encontrava trabalhando. Os outros tinham sido todos demitidos.

FOLHA SINDICAL — Como é que se dá o enfrentamento a nível de empresa?

João Paulo — Nas pequenas e médias empresas, há a relação com o próprio dono, é um negócio mais primário. Nas multas, a complexidade é maior. Há inclusive quadros políticos patronais que já foram de esquerda, já fizeram movimento estudantil. São todos muito cheios de macetes.

FOLHA SINDICAL — Quais as dificuldades encontradas junto aos próprios trabalhadores?

João Paulo — Encontramos uma categoria sem a experiência de lutas coletivas, notando-se impulsos de resistência individualizada. Nosso trabalho inicial foi no sentido de chamar para as ações coletivas, discutir, fazer reuniões, manifestações e, inclusive, ir até a greve.



FOLHA SINDICAL — Com relação a categoria, qual a aproximação entre o que vocês se propuseram a fazer como oposição, e o que efetivamente fizeram à frente do sindicato?

João Paulo — Na categoria, fomos às lutas concretas, desde os aumentos de salários até robotização. Conseguimos a ampliação da quantidade de companheiros com estabilidade provisória de seis meses: hoje são 136 fiscais de acordo, o que significa cinco vezes a diretoria do sindicato. Rompemos com os limites da Lei de Greve, em várias ocasiões. Avançamos a nível de democracia operária, com as reuniões de diretoria abertas a toda a categoria. Neste particular, o ponto alto foi a escolha da chapa atual numa assembléia geral.

FOLHA SINDICAL — Qual o significado da atuação de vocês para o movimento sindical em Pernambuco?

João Paulo — Explodimos um trabalho mais contínuo no movimento sindical urbano. De três em três meses, sempre estivemos em alguma manifestação de rua. Houve uma credibilidade do sindicato e se projetou a categoria metalúrgica no Estado. Tivemos uma participação de solidariedade e apoio a outras categorias e estabelecemos ligações com lutas de bairros, de quem também recebemos ajudas. Participamos ainda das grandes articulações nacionais, como a greve do dia 21 de julho. Acho que fomos um dos sindicatos mais atuantes, nos últimos anos.

FOLHA SINDICAL — Como se deram as divergências na diretoria do sindicato?

João Paulo — Houve divergências em torno de dois eixos: 1) garantir o controle da burocracia sindical e 2) o desdobramento da própria luta. No primeiro caso, tratava-se da necessidade de qualquer entidade ter uma boa administração e os seus diretores assumirem as tarefas específicas dos cargos para os quais foram eleitos, sem

deixar de cumprir o seu papel de dirigentes sindicais nas suas empresas, nas suas bases. No segundo caso, tratava-se de divergências sobre a condição de luta nas horas de acirramento. Todo mundo combativo, mas em determinado momento, um achava que devia negociar, outro continuar.

FOLHA SINDICAL — E como a contradição era resolvida?

João Paulo — A minoria aceitava a posição majoritária e não colocava a sua posição nas assembléias gerais. Só se levava para a assembléia a posição da maioria apresentada como a proposta da diretoria.

FOLHA SINDICAL — Na tentativa de greve de 82, na época da campanha salarial, em determinado momento, houve divergência na diretoria a respeito de fazer ou não a greve, não foi?

João Paulo — Foi. Mas a diretoria decidiu que só entrava na assembléia a posição majoritária.

FOLHA SINDICAL — Apesar disso, a divergência se refletiu no encaminhamento da assembléia.

João Paulo — Foi. Um lado puxava para a greve, outro não.

FOLHA SINDICAL — Você acha que está resolvida, na diretoria do sindicato, a questão do método de se encaminhar as divergências?

João Paulo — Não, acho que não. A única forma de resolver seria colocar para a massa. Agora, a massa não entende a questão das divergências políticas entre a direção sindical.

FOLHA SINDICAL — Como se manifestam as divergências e a polêmica CUT/CONCLAT, entre os metalúrgicos?

João Paulo — Nos metalúrgicos, entre o pessoal que frequenta o sindicato, 90% está com a CUT. Mas há entre as duas correntes a tendência a estreitar, a ser exclusivista, a não ter o espírito aberto de trabalhar conjuntamente. A divergência existe, mas há uma radicalização que só interessa aos patrões e ao governo, e que tem de ser combatida porque é divisionismo.

FOLHA SINDICAL — E onde você se situa?

João Paulo — Eu acho que se tem de fortalecer a CUT, porque os movimentos sindicais nacionais já comporta uma central sindical. Os metalúrgicos participam ativamente da CUT aqui. São a categoria que mais pesa. Eu sou do bloco combativo e da CUT.

FOLHA SINDICAL — Eu sobre a greve geral convocada pela CUT para abril? As condições agora são piores ou melhores do que em 83?

João Paulo — São piores. É uma das dificuldades seríssimas é a própria divisão do movimento sindical. Mas acho que se deve trabalhar para que a greve saia. Penso que dá para se fazer um trabalho em um mês. Agora é uma tarefa difícil de ser levada por um setor só, seja CUT ou CONCLAT.

MARCOS, O ATUAL PRESIDENTE



Para Marcos Pereira, atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, e indicado para a diretoria da chapa que concorrerá ao próximo triênio, o nó cego na atividade sindical foi a organização dos desempregados. "Não descobrimos pontos magnéticos que puxassem os desempregados para uma luta mais concreta e objetiva" — diz ele — acrescentando que, mesmo assim, foram feitas várias mobili-

zações. Marcos afirma ainda que o ano de 1983 foi o que apresentou o mais alto índice de desemprego da nossa história, com 12 mil desempregados na categoria. O dirigente metalúrgico acrescenta que na próxima gestão, o trabalho deve ser feito no sentido de se atingir, entre os metalúrgicos, este ponto de honra: parar para prevenir contra o desemprego.

**Nesta quinta,
12 de Abril,
às 18:30 hs.,
no Livro 7
(7 de Set., 329).**

**Venha buscar
o primeiro
número da
“Folha
Sindical”.**

**O Movimento
Sindical em
Pernambuco
está ganhando
um jornal.
Você está
convidado
para o
lançamento.**

O QUE É A "FOLHA SINDICAL"

É uma publicação independente, criada por quatro órgãos de assessoria que prestam serviços ao movimento sindical e popular: FASE, CEAS, CENTRO JOSÉ DE CASTRO e ECOS.

A Folha não é ligada a nenhuma corrente política nem a tendência no meio sindical. Seu objetivo é apenas criar um espaço de informação e debate — franco e aberto — a serviço do sindicalismo em Pernambuco.

Nos limites de um pequeno jornal mensal, vamos procurar acompanhar, no Estado, o dia-a-dia das diferentes categorias de trabalhadores — campanhas salariais, reivindicações, denúncias, eventos. Também estão na nossa mira as questões de interesse do movimento sindical no seu todo — salários, organização sindical, direitos trabalhistas, controle político e ideológico. E como o movimento sindical não está isolado das lutas gerais da sociedade, trataremos também de eleições, economia, saúde, terra, habitação, meio ambiente, etc., sem esquecer os aspectos culturais da vida dos trabalhadores.

Por último, a Folha Sindical pretende oferecer espaço para o aprofundamento da polémica política entre as diferentes correntes e os ativistas do movimento sindical.

Como se vê, pretensões não nos faltam, aliadas à vontade firme de colaborar com o fortalecimento e a organização dos trabalhadores na luta por melhores dias.

OS EDITORES

NESSE PRIMEIRO NÚMERO:

- ★ O QUE PENSAM OS SINDICALISTAS NORDESTINOS — O resumo de uma pesquisa realizada com sindicalistas da região. Sua opinião sobre CLT, descentralização, partidos políticos e outras questões.
- ★ ELEIÇÕES DIRETAS E CORRENTES SINDICAIS — Dirigentes sindicais de diferentes tendências e filiados a partidos políticos distintos falam sobre eleições presidenciais.
- ★ MURILO MACEDO PLANEJA NOVA PORRADA NOS SINDICATOS — Comentário sobre a minuta do Decreto de Murilo, procurando esvaziar as campanhas salariais e enfraquecer ainda mais o movimento sindical, através das comissões de negociação por fábrica ou por categoria, paralelas aos sindicatos.
- ★ COMO FICA A QUESTÃO DA HABITAÇÃO — As opções atuais para os mutuários do BNH e Sistema Financeiro de Habitação.
- ★ O DIA DO GOLPE EM PERNAMBUCO — O primeiro de abril de 1964 no Estado, e o que sofreram os sindicatos.
- ★ MURAL — Notícias sobre as várias categorias de trabalhadores.
- ★ E MAIS — Mudança na Diretoria dos Metalúrgicos, Entidades que prestam serviços aos Sindicatos, Centrais Sindicais Internacionais, Humor, Quadrinhos, Poesia.

OSSE PRIMEIRO NÚMERO:

O QUE PENSAM OS SINDICALISTAS

NORDESTINOS – O resumo de uma pesquisa realizada com sindicalistas da região. Sua opinião sobre CLT, descentralização, partidos políticos e outras questões.

ELEIÇÕES DIRETAS E CORRENTES

SINDICAIS – Dirigentes sindicais de diferentes tendências e filiados a partidos políticos distintos falam sobre eleições presidenciais.

MURILO MACEDO PLANEJA NOVA PORRADA

NOS SINDICATOS – Comentário sobre a minuta do Decreto de Murilo, procurando esvaziar as campanhas salariais e enfraquecer ainda mais o movimento sindical, através das comissões de negociação por fábrica ou por categoria, paralelas aos sindicatos.

COMO FICA A QUESTÃO DA HABITAÇÃO –

As opções reais para os mutuários do BNH e Sistema Financeiro de Habitação.

O DIA DO GOLPE EM PERNAMBUCO – O

primeiro de abril de 1964 no Estado, e o que sofreram os sindicatos.

MURAL – Notícias sobre as várias categorias de trabalhadores.

E MAIS – Mudança na Diretoria dos Metalúrgicos,

Entidades que prestam serviços aos Sindicatos, Centrais Sindicais Internacionais, Humor, Quadrinhos, Poesia.

OS EDITORES

CEAS – CENTRO DE ESTUDO E AÇÃO SOCIAL –

É uma entidade nacional com sede em Salvador-BA. Publica os "Cadernos do CEAS", que tratam de assuntos ligados à vida política, social e econômica, do ponto de vista das populações pobres.

Trabalhando com entidades de bairros e grupos de mulheres, o CEAS de Pernambuco, realiza cursos de legislação trabalhista e atua em assessoria, montagem, planejamento e avaliação de projetos do meio popular. Endereço CEAS/RECIFE: Av. Conde da Boa Vista, 45 - Edf. Duarte Coelho - Bloco "C", s/1306.

FASE – FEDERAÇÃO PARA ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SÓCIAL E EDUCACIONAL –

Entidade nacional de educação popular, a FASE, além do apoio às manifestações de luta dos trabalhadores, tem o objetivo de contribuir com entidades sindicais, associações de bairro e grupo de trabalhadores na realização de cursos de formação e registros de experiências por meio de textos, documentação fotográfica, slides, filmes, etc. Endereço: Rua Cedro nº 52 - Casa Amarela.

CENTRO JOSUÉ DE CASTRO – ESTUDOS E

PESQUISAS – É uma instituição de pesquisa, estudo e análise, que tem o Nordeste brasileiro como foco central de sua atuação científica. Realiza pesquisas, projetos, seminários, sobre aspectos da problemática regional e nacional, considerando-se as realidades e necessidades dos trabalhadores e das populações carentes. Endereço: Rua Barão de São Borja, 495 - Boa Vista.

ECOS – EQUIPE DE COMUNICAÇÃO SINDICAL

– Criada por sindicalistas pernambucanos, seu objetivo é assessorar os sindicatos e associações profissionais no que se refere especificamente à imprensa e comunicação. Elabora jornais, boletins, folhetos, cartazes, audio-visuais e forma pessoal. Está encarregada da produção da Folha Sindical. Endereço provisório: Av. Conde da Boa Vista, 45 - Edf. Duarte Coelho, Bloco "C" - 12º andar.



F I M M